

# TERMO DE REFERÊNCIA

## N.º 009/SEMEC/2026

### PROCESSO ADMINISTRATIVO

n.º 1-0229/2026/SEMEC

### UNIDADE CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SEMEC

## 1. INTRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### 1.1. Da definição do objeto:

- 1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro**, destinado ao transporte intermunicipal de estudantes universitários do Município de Cabixi/RO, conforme especificações e condições estabelecidas neste documento e seus anexos.
- 1.1.2. A descrição do item e a quantidade de aquisição encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência.
- 1.1.3. **O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.**

### 1.2. Da estimativa do valor da contratação e preço máximo:

- 1.2.1. O custo estimado da contratação, bem como o preço máximo unitário e do grupo, quando for o caso, consta no Anexo I deste Termo de Referência.

### 1.3. Da classificação do objeto:

- 1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 166 de 1º de setembro de 2023.
- 1.3.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### 1.4. Da vigência da contratação:

- 1.4.1. A contratação entrará em vigor após a data de recebimento da nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil e vigorará por 2 (dois) meses.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro**, com capacidade mínima de **46 (quarenta e seis) passageiros sentados**, destinado ao transporte intermunicipal dos estudantes universitários do Município de Cabixi/RO, que se deslocam diariamente para cursar ensino superior em municípios vizinhos.



- 2.2. A demanda é de responsabilidade da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SEMEC**, e decorre da necessidade de **substituição e ampliação da frota de transporte universitário**, considerando que os veículos atualmente disponíveis se encontram com **capacidade reduzida**, comprometendo a regularidade do serviço público prestado.
- 2.3. A contratação visa garantir **a continuidade e a qualidade do transporte educacional**, assegurando o direito constitucional de acesso à educação e contribuindo para a permanência dos alunos no ensino superior.
- 2.4. O objeto será adquirido por meio de **procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico**, tipo **menor preço por item/lote único**, em conformidade com os arts. 6º, inciso XL, 28, inciso II, e 33, inciso I, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, observando-se, ainda, os princípios da **planejamento, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública**.
- 2.5. Os recursos financeiros são oriundos de **Convênio Federal – Emenda Parlamentar nº 202442720008, de autoria do Senador Jaime Bagattoli**, devidamente consignados no orçamento municipal, o que garante a **viabilidade orçamentária e financeira** para execução da presente contratação
- 2.6. Além da fundamentação e a descrição da necessidade da contratação apresentadas acima, outras encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A solução proposta consiste na **aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro**, com capacidade mínima de **48 (quarenta e oito) passageiros sentados**, destinado ao transporte intermunicipal de estudantes universitários do Município de Cabixi/RO.
- 3.3. O veículo deverá atender às exigências de **segurança, conforto, eficiência energética e acessibilidade**, com as seguintes **características mínimas**:
  - **Tipo:** Ônibus rodoviário novo, zero quilômetro, ano/modelo vigente;
  - **Capacidade:** Mínima de 48 passageiros sentados, assentos reclináveis e cintos de segurança individuais;
  - **Motorização:** Motor a diesel, potência compatível com transporte intermunicipal;
  - **Normas ambientais:** Atender ao padrão **Proconve P-8 / Euro 6** de emissões;
  - **Equipamentos obrigatórios:** Tacógrafo digital, extintor de incêndio, kit de segurança, sinalização e dispositivos exigidos pelo CONTRAN;
  - **Conforto interno:** Ar-condicionado, ventilação e iluminação interna, isolamento acústico e térmico;
  - **Acessibilidade:** Plataforma elevatória ou sistema equivalente, conforme a **Lei nº 10.098/2000** e **Decreto nº 5.296/2004**;



- **Bagageiro:** Dimensões adequadas, com acabamento interno e fechamento seguro;
- **Garantia:** Mínima de 12 (doze) meses para chassi e carroceria;
- **Assistência técnica:** Rede autorizada disponível no Estado de Rondônia;
- **Documentação:** Entrega acompanhada de manual do fabricante, termo de garantia e documentação necessária para emplacamento.

3.4. O ciclo de vida do bem envolve as etapas de **aquisição, utilização, manutenção preventiva e corretiva**, e eventual substituição, devendo a contratação garantir **a economicidade e durabilidade do investimento público**.

#### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

- **Atendimento à necessidade pública:** aquisição de veículo que assegure o transporte adequado e seguro aos estudantes universitários;
- **Adequação técnica:** o bem deverá observar todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis à categoria;
- **Regularidade jurídica e fiscal:** a empresa licitante deverá apresentar toda a documentação exigida no edital e na Lei nº 14.133/2021;
- **Entrega dentro do prazo estabelecido:** até 60 (sessenta) dias corridos após a emissão do empenho;
- **Garantia do bem:** mínimo de 12 (doze) meses, conforme fabricante;
- **Atendimento pós-venda:** disponibilidade de peças e serviços de manutenção no Estado de Rondônia;
- **Fiscalização contratual:** sujeição às verificações técnicas pela equipe designada da SEMEC.

#### 5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade pormenorizados no tópico **Descrição dos Requisitos da Contratação** do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

5.1.1. Em cumprimento ao disposto no **art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, bem como às orientações do **Parecer nº 00001/2021/CNS/CGU/AGU**, a presente contratação observará práticas e critérios de **sustentabilidade socioambiental** durante todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo as fases de planejamento, execução e fiscalização contratual.

5.1.2. Considerando as diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU**, adotam-se os seguintes critérios aplicáveis ao objeto da contratação:



- **Eficiência energética e controle de emissões:** o veículo deverá atender ao padrão **Proconve P-8 (Euro 6)**, que limita a emissão de poluentes e gases de efeito estufa;
- **Durabilidade e manutenção sustentável:** a aquisição de veículo novo reduz a necessidade de trocas frequentes de peças e o descarte de resíduos sólidos, minimizando impactos ambientais;
- **Uso racional de recursos naturais:** o modelo deverá priorizar tecnologias que promovam economia de combustível e baixo consumo de óleo lubrificante;
- **Responsabilidade pós-consumo:** os componentes e materiais utilizados na fabricação do veículo deverão possuir descarte ambientalmente adequado, conforme normas do **CONAMA** e boas práticas de economia circular;
- **Acessibilidade e inclusão:** o ônibus deverá possuir **plataforma elevatória** ou sistema equivalente, assegurando o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme a **Lei nº 10.098/2000** e o **Decreto nº 5.296/2004**;
- **Responsabilidade social:** recomenda-se que o fabricante e o fornecedor adotem políticas de respeito aos direitos trabalhistas e de promoção de boas práticas ambientais e sociais.

5.1.3. A adoção desses critérios visa garantir que a contratação atenda simultaneamente aos princípios da **eficiência, economicidade e sustentabilidade**, assegurando a destinação social e ambientalmente responsável dos recursos públicos.

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

6.1. O contrato será executado sob o **regime de fornecimento direto**, nos termos do **art. 6º, inciso XLIV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante **entrega integral do objeto**.

6.2. A execução compreenderá as etapas de **fornecimento, entrega técnica, conferência, recebimento provisório, correção de eventuais irregularidades e recebimento definitivo** do bem.

6.3. A contratada será responsável por todos os custos e encargos necessários ao perfeito cumprimento do contrato, inclusive transporte, seguro e demais despesas até o recebimento definitivo.

### **6.4. Do prazo de entrega:**

6.4.1.1. O prazo máximo para entrega do veículo será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da **data de emissão da Nota de Empenho** ou documento equivalente emitido pela Administração.

6.4.1.2. A contratada deverá comunicar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SEMEC, com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, a data prevista para a entrega, a fim de que seja designado o servidor responsável pelo acompanhamento e recebimento do bem.

6.4.1.3. O não cumprimento do prazo implicará a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, ressalvados os casos de **força maior ou caso fortuito**, devidamente justificados e aceitos pela Administração.

### **6.5. Das condições de entrega:**

6.5.1. O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.



6.5.2. Toda e qualquer entrega de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a CONTRATADA que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

6.5.2.1. A CONTRATADA deverá recolher o objeto entregue em desacordo com o licitado, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a notificação do CONTRATANTE. Após este prazo, não ocorrendo a remoção do objeto, o CONTRATANTE poderá destinar o objeto para descarte ou doação.

6.5.3. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

6.5.4. Não haverá isenção de multa em caso de reagendamento por motivo de inconsistências de entrega.

6.5.5. Os itens deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

6.5.6. A entrega deverá ocorrer de forma **integral, em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação**, obedecendo às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

6.5.6.1. **Local de entrega:** Prefeitura Municipal de Cabixi/RO, situada à **Avenida Tamoios, nº 4031, Centro, Cabixi/RO.**

6.5.6.2. O veículo deverá ser entregue **completo, higienizado, abastecido e pronto para circulação**, acompanhado de toda a documentação fiscal e técnica exigida.

6.5.6.3. O recebimento será realizado mediante **vistoria técnica e conferência** por parte do setor competente da SEMEC, que emitirá o **Termo de Recebimento Provisório**.

## **6.6. Do prazo de validade:**

6.6.1. Após o recebimento definitivo, o prazo de **garantia contratual e técnica** passará a ser contado nos termos estabelecidos no subitem 6.9 deste documento.

## **6.7. Da substituição do objeto:**

6.7.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria requisitante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

- a) O pedido de substituição deverá ser protocolado na Secretaria Requisitante, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;
- b) A nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pela Secretaria requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.7.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.



6.7.1.2. Caso, no ato da entrega ou durante o período de garantia, sejam identificadas **falhas, defeitos ou inconformidades** com as especificações deste Termo de Referência, o objeto deverá ser substituído **integralmente pela contratada**, sem ônus adicional para a Administração.

6.7.1.3. A substituição deverá ocorrer **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da notificação formal emitida pela SEMEC, devendo o novo veículo atender integralmente às condições e especificações originais. O prazo poderá ser aditado caso solicitado e justificado pela contratada.

## **6.8. Da documentação necessária na entrega do objeto:**

6.8.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto acompanhado da seguinte documentação:

- **Nota Fiscal** devidamente emitida, contendo a descrição detalhada do objeto, número do processo e do contrato;
- **Manual do proprietário e do fabricante;**
- **Termo de garantia** de chassi, carroceria e demais componentes;
- **Comprovante de regularização junto ao órgão de trânsito (CRLV-e ou equivalente)**, apto ao registro e emplacamento do veículo;
- **Certificados de conformidade** com as normas do **Proconve P-8 / Euro 6** e demais legislações ambientais aplicáveis;
- **Declaração de origem e conformidade do fabricante**, atestando que o veículo é novo, sem uso anterior e de produção regular.

6.8.2. O recebimento definitivo estará condicionado à verificação da conformidade da documentação apresentada e ao funcionamento pleno do veículo.

## **6.9. Da garantia contratual:**

6.9.1. O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO**

7.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

## **8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o CONTRATANTE designa os servidores nomeados pela Portaria vigente, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

8.1.1. **Provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na contratação;



8.1.2. **Definitivamente**, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

8.1.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução das obrigações decorrentes da presente aquisição.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. Compete ao CONTRATANTE:

9.1.1. Receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto adquirido;

9.1.2. Receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o adquirido e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2. Considerar os preços propostos completos e suficientes para aquisição do objeto, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;

10.1.3. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens licitados;

10.1.3.1. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para fiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e



de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

10.1.4. Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

10.1.5. Arcar com todas as despesas necessárias ao objeto licitado;

10.1.6. Entregar o objeto em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.7. Substituir o objeto avariado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;

10.1.8. Prestar informações sobre a utilização do objeto;

10.1.9. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante o prazo de entrega do objeto, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.10. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

10.1.11. Não subcontratar o objeto, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;

10.1.12. Prestar a garantia legal nos termos da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

10.1.13. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.14. Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de entrega, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

10.1.15. A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente todas as obrigações assumidas no contrato, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e boa-fé, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021**.

10.1.16. Constituem obrigações da contratada:

- **Entregar o veículo objeto da contratação** em perfeitas condições de uso, de acordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora, dentro do prazo de até **60 (sessenta) dias corridos** após a emissão da Nota de Empenho;
- **Fornecer veículo novo, de primeiro uso**, sem qualquer registro anterior, com chassi e carroceria do mesmo ano de fabricação e modelo;
- **Arcar integralmente com todas as despesas** relativas ao transporte, seguro, tributos, encargos e demais custos necessários à entrega definitiva do veículo;
- **Entregar o ônibus devidamente completo e pronto para uso**, com manual do proprietário, termo de garantia, certificados de conformidade ambiental (Proconve P-8 / Euro 6), nota fiscal e demais documentos exigidos para emplacamento e registro;



- **Garantir a assistência técnica e manutenção durante o período de garantia**, disponibilizando rede de atendimento e fornecimento de peças originais no Estado de Rondônia;
- **Responder integralmente por danos e prejuízos** causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- **Corrigir, reparar, substituir ou refazer**, às suas expensas, o objeto que apresentar defeito, falha de fabricação ou vício oculto, dentro do prazo de garantia estabelecido;
- **Manter as condições de habilitação e qualificação** exigidas durante toda a execução contratual, sob pena de rescisão e aplicação de sanções;
- **Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental e de segurança veicular**, isentando a Administração de qualquer responsabilidade decorrente de sua inobservância;
- **Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato**, fornecendo todas as informações e documentos que lhe forem requeridos;
- **Comunicar formalmente à Administração** qualquer fato superveniente que possa interferir na execução do contrato, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;
- **Submeter-se à fiscalização da Administração**, sem que tal acompanhamento exclua ou reduza sua responsabilidade pela perfeita execução contratual.

## 11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo – SEMEC**, por intermédio de servidor (es) formalmente designado (s), nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**.

11.2. Da Designação de Fiscal e Gestor do Contrato:

- A Administração designará, por **Portaria**, o **Gestor do Contrato**, responsável pela coordenação geral da execução contratual, bem como o **Fiscal Técnico**, responsável pela verificação do cumprimento das especificações e condições do objeto;
- A fiscalização abrangerá aspectos **técnicos, administrativos e legais**, observando o fiel cumprimento das obrigações pactuadas;
- O fiscal deverá manter **registro documental** das ocorrências relevantes durante a execução, relatando-as à autoridade superior para eventuais providências.

11.3. Das Atribuições da Fiscalização:

11.3.1. Compete à fiscalização contratual:

- Acompanhar o fornecimento e a entrega do veículo, verificando o atendimento das especificações técnicas e dos prazos estabelecidos;



- Conferir a documentação apresentada pela contratada no ato da entrega (nota fiscal, termo de garantia, manuais e certificados);
- Emitir o **Termo de Recebimento Provisório**, caso o objeto esteja em conformidade com as exigências contratuais;
- Notificar a contratada sobre eventuais falhas, defeitos ou irregularidades detectadas, fixando prazo para correção;
- Emitir parecer técnico para o **recebimento definitivo do objeto** após a constatação de sua plena conformidade.

#### 11.3.2. Dos Limites da Atuação da Fiscalização:

- A fiscalização do contrato **não exonera a contratada de suas responsabilidades**, sendo sua função apenas de controle e acompanhamento da execução;
- Qualquer interferência indevida da Administração na execução contratual dependerá de autorização formal da autoridade competente;
- O não exercício da fiscalização não isenta a contratada de responder por eventuais prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

#### 11.4. Da Comunicação e Relatórios:

- Todas as comunicações, ocorrências e relatórios relativos à execução contratual deverão ser formalizados e juntados aos autos do processo administrativo;
- Constatadas irregularidades, o fiscal deverá registrar o fato e comunicar o **Gestor do Contrato** e a **autoridade superior** para as medidas cabíveis, inclusive aplicação de penalidades, se for o caso.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado mediante a entrega do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, até o 30º dia consecutivo, após o ateste realizado pela Comissão designada pelo CONTRATANTE por meio de Decreto. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

12.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

12.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

12.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do



artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

12.4.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

12.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

12.6. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

12.7. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação **para menos**, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com **até duas casas decimais**, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à **segunda**.

12.8. Será emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, por se tratar de fornecimento não-contínuo e os itens possuem prazo de entrega imediata, integral e dos quais não resultam em obrigações futuras.

### **13. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO**

13.1. Do reajuste.

- Por se tratar de **fornecimento de bem único e entrega imediata**, **não haverá aplicação de reajuste de preços**, uma vez que o contrato será executado em curto prazo, observando-se o valor proposto no ato da licitação.
- Eventual diferença de valores entre a data da proposta e a assinatura do contrato não ensejará reajuste, tendo em vista que o preço ofertado pelo licitante vencedor já contempla todas as variações previsíveis de mercado até a entrega final do objeto.
- Em casos excepcionais de **prorrogação de prazo por motivo justificado e aceito pela Administração**, poderá ser avaliada a aplicação de índice de atualização financeira, observando-se o **art. 135, §1º, da Lei nº 14.133/2021**.

13.2. Do reequilíbrio econômico-financeiro.

- O **reequilíbrio econômico-financeiro** do contrato poderá ser pleiteado pela contratada ou determinado pela Administração, nos termos do **art. 124 da Lei nº 14.133/2021**, sempre que ocorrerem fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem de forma comprovada o equilíbrio originalmente estabelecido.
- O pedido de reequilíbrio deverá ser **formalizado e devidamente justificado**, acompanhado de **documentação técnica e comprovação das variações econômicas**, tais como laudos, tabelas oficiais ou índices setoriais reconhecidos.



- A Administração analisará o pleito com base em **parecer técnico e jurídico**, podendo deferir, indeferir ou propor recomposição parcial, assegurando-se o interesse público e a manutenção do equilíbrio contratual.
- Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio baseados em meras expectativas de lucro, variações normais de mercado ou alegações genéricas de aumento de custos sem comprovação documental.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

##### **14.1. Da garantia de execução do contrato.**

14.1.1. Nos termos do **art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021**, poderá ser exigida da empresa vencedora **garantia de execução contratual** equivalente a até **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, a ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- **Caução em dinheiro;**
- **Seguro-garantia;** ou
- **Fiança bancária.**

14.1.2. A garantia tem por objetivo assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e proteger a Administração Municipal contra eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento total ou parcial do contrato.

14.1.3. O prazo para apresentação da garantia será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da convocação para assinatura do contrato, devendo sua comprovação constar nos autos do processo administrativo.

14.1.4. A liberação da garantia ocorrerá **após o recebimento definitivo do objeto**, desde que não haja pendências contratuais ou aplicação de penalidades, conforme o disposto no **art. 97, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

14.1.5. Em caso de inadimplemento contratual, a Administração poderá **executar a garantia**, independentemente de notificação judicial, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação.

##### **14.2. Da garantia técnica do objeto.**

14.2.1. Independentemente da garantia contratual de execução, a contratada deverá assegurar **garantia técnica mínima de 12 (doze) meses** para o veículo e seus componentes, contados a partir da data do **recebimento definitivo do objeto**.

14.2.2. Durante o período de garantia técnica, a contratada deverá **corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas**, quaisquer falhas, defeitos de fabricação, vícios ocultos ou irregularidades detectadas no veículo.

14.2.3. As solicitações de reparo ou substituição deverão ser atendidas no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da notificação formal da Administração.



14.2.4. A garantia técnica abrangerá chassi, carroceria, motor, sistema de freios, transmissão, suspensão, componentes elétricos, ar-condicionado e demais itens que comprometam o desempenho e a segurança do veículo.

14.2.5. O não cumprimento das obrigações de garantia implicará a aplicação das penalidades previstas na **Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo da execução da garantia contratual, quando houver.

## **15. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)**

15.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

- a) Cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) Cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto adquirido;
- c) Guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução da presente contratação, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) Não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) Notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) Fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) Implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal n.º 166/2023 e alterações:

16.1.1. **ADVERTÊNCIA ESCRITA** em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

16.1.2. **MULTA** por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

16.1.2.1. Para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia**, sobre o valor global do item/grupo, **até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho**, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, nas seguintes situações:

- a) Pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;





- b) Pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

**16.1.2.2. Para inconformidade MODERADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, nas seguintes situações:**

- a) Pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b) Pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

**16.1.2.3. Para inconformidade GRAVE:**

**16.1.2.3.1. Será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração da contratação ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**

**16.1.2.3.2. Será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;**

**16.1.2.3.3. Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.**

**16.1.2.4. Para inconformidade GRAVÍSSIMA:**

**16.1.2.4.1. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução total do objeto.**

**16.1.2.4.2. Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.**

**16.1.3. Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).**

**16.1.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:**

- a) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- b) Dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;



- c) Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**16.1.5. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Municipal pelo **prazo de até 6 (seis) anos**, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução da contratação;
- b) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
- f) Ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 21.763/21 e alterações **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

**16.1.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

16.2. Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

**16.3. As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.**

16.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DAM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **17. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados a Prefeitura Municipal de Cabixi pela seguinte classificação orçamentária:

17.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

17.1.1.1. Recursos de emenda parlamentar nº 202442720008 – Jaime Bagattoli







**Unidade orçamentaria:** 0400 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

**Projeto/Atividade:** 1.053 – Aquisição de ônibus e equipamentos – Transferência especial

**Elemento de Despesa:** 4.4.50.52 – Equipamentos e material permanente

**Ficha Orçamentária:** 452

- 17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1. Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Termo, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, no setor administrativo, telefones (0xx69) 3345-2283, de segunda à sexta-feira das 07h00min às 13h00min, em dias úteis.

- 18.2. Fazem parte deste Termo de Referência:

- a) Anexo I - Descrição do (s) item (ns) e quantidade (s) da contratação.
- b) Anexo II - Forma e critérios de seleção do fornecedor.

- 18.3. Termo de referência elaborado por:

(Documento assinado eletronicamente)

**Vanilson R. de S. Junior**

Dir. Dep. De Controle orçamentário  
Dec. n.º 226/2025

(Documento assinado eletronicamente)

**Silvia O. G. da Silva**

Dir. Div. I Apoio Administrativo  
Dec. n.º 242/2025

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal n.º 166, de 1º de setembro de 2023.

(Documento assinado eletronicamente)

**Joel Mauricio de Moraes**

Secretário Municipal de Educação,  
Cultura, Esporte e Turismo.  
Dec. n.º 009/2025



## **ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) E QUANTIDADE(S) DA CONTRATAÇÃO**

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Preço Unitário Máximo
01	VEÍCULO: TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO “0” (zero) km; Com acessibilidade, chassi com motorização dianteira, ano e modelo do exercício, com potência mínima de 210 cv, torque mínimo de 750 Nm, câmbio mecânico, eixo duplo traseiro, suspensão dianteira de molas semi-elípticas e traseira: molas semi-elípticas de duplo estágio, freio a disco ou tambor nas quatro rodas, ABS, Frenagem combinada inteligente, Sistema de ar comprimido, auxílio de frenagem de emergência, Auxílio de arranque em rampas. Pneus 275/80R22.5, sistema elétrico 24V, PBT de 16.000Kg. Carroceria Rodoviária, com comprimento mínimo de 12.400mm, largura externa de 2.500 mm, pintura sólida, com capacidade para 48 passageiros em poltronas rodoviárias reclináveis executivas, cintos abdominais em todas as poltronas e de 3 pontas para o motorista, poltrona para motorista pneumática, tapa sol tipo sanefa, 2 (duas) portas sendo uma pantográfica e outra com dobradiça, com dispositivo de poltrona móvel de acessibilidade e sistema “brake-door” que imobiliza o veículo quando a porta estiver aberta, tanque de combustível de 275 lts, ar condicionado com potência de 120.000 btu’s com defroster para o motorista, isolamento térmico total da carroceria, dois alçapões no teto de emergência, porta pacotes com luz de leitura e saída de ar para as janelas, com kit multimídia com 3 monitores, vigia traseiro com vidro e cortina, vidros móveis na cor fumê, cortinas em tecido em todas as janelas, divisória total comporta, itinerário eletrônico com leds branco, bagageiro traseiro, estepe em local próprio, sistema de som com rádio, iluminação interna da cabine em leds, farol de neblina na dianteira, buzina elétrica, piso em compensado naval revestido com passadeira na cor cinza. Todos equipamentos de segurança exigidos por lei, garantia mínima de um ano, emplacado e de acordo as Normas Brasileiras de Trânsito.	Und	01	R\$ 1.076.166,67





## ANEXO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA

### FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.
- 1.2. Da divisão da licitação: Adjudicação por Item

#### 2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS

##### 2.1. Da documentação técnica:

- 2.1.1. A (s) licitante (s) provisoriamente classificada (s) em primeiro lugar deverá (ão) apresentar, no prazo de **2 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado, nos termos do Edital, a seguinte documentação:
  - a) Para o item 01, **Licença de Operação (LO)**, para execução de atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida por órgão ambiental competente, **em vigor**, em nome do fabricante, conforme Resolução n.º 237 CONAMA de 19/12/1997.
- 2.1.2. A documentação exigida poderá ser:
  - a) Publicação no Diário Oficial da União (com resolução e data de publicação visíveis): original **ou** cópia legível **ou** documento obtido por meio do site do Diário Oficial da União, na internet;

##### 2.2. Material informativo, catálogo ou prospecto técnico:

- 2.2.1. Para fins exclusivos de **análise e verificação da conformidade da proposta apresentada**, será exigida da licitante vencedora a apresentação de **material técnico informativo**, tais como **catálogo, prospecto, ficha técnica ou documento equivalente**, que permita a comprovação das características e especificações do veículo ofertado em relação às exigências constantes neste Termo de Referência.
- 2.2.2. Ressalta-se que a referida exigência **não possui caráter de habilitação**, não sendo utilizada como critério eliminatório na fase de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista ou econômico-financeira, destinando-se **exclusivamente à avaliação técnica da proposta**, nos termos do disposto na **Lei nº 14.133/2021**.
- 2.2.3. O material técnico apresentado deverá conter informações suficientes para demonstrar a compatibilidade do objeto ofertado com as especificações mínimas exigidas, podendo a Administração, se necessário, solicitar esclarecimentos complementares, sem que isso configure inovação da proposta.

##### 2.3. Apresentação de amostra (s) / prova (s):

- 2.3.1. Não haverá a exigência de amostra (s) / prova (s) para esta contratação.





### 3. DA HABILITAÇÃO

- 3.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas** a contar da solicitação feita pelo Pregoeiro, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 3.2. A habilitação da(s) licitante(s) mais bem classificada(s) em relação à habilitação jurídica, à habilitação fiscal, à habilitação trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica poderão ser verificados por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangido.
- 3.3. Ressalvado o disposto no subitem acima, a (s) licitante (s) mais bem classificada (s) deverá (ão) encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:

#### 3.3.1. Habilitação Jurídica

- a) **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- b) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

#### 3.3.2. Habilitação Técnica:

- a) **Comprovação de capacidade técnica,** por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

3.3.2.1. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.



- 3.3.2.2. Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentadas pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- 3.3.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 3.3.2.4. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337F do Código Penal.
- 3.3.2.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 3.3.2.6. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.
- 3.3.3. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:
- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
  - c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
  - d) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
  - e) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
  - f) **Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas - CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.



- g) **Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.3.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.3.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.3.4. **Habilitação Econômico-financeira:**

- a) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), **caso se trate de pessoa jurídica**.
- b) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.3.4.1. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

3.3.4.2. O cumprimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser comprovado por meio de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, ou por meio de verificação na Calculadora Financeira do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

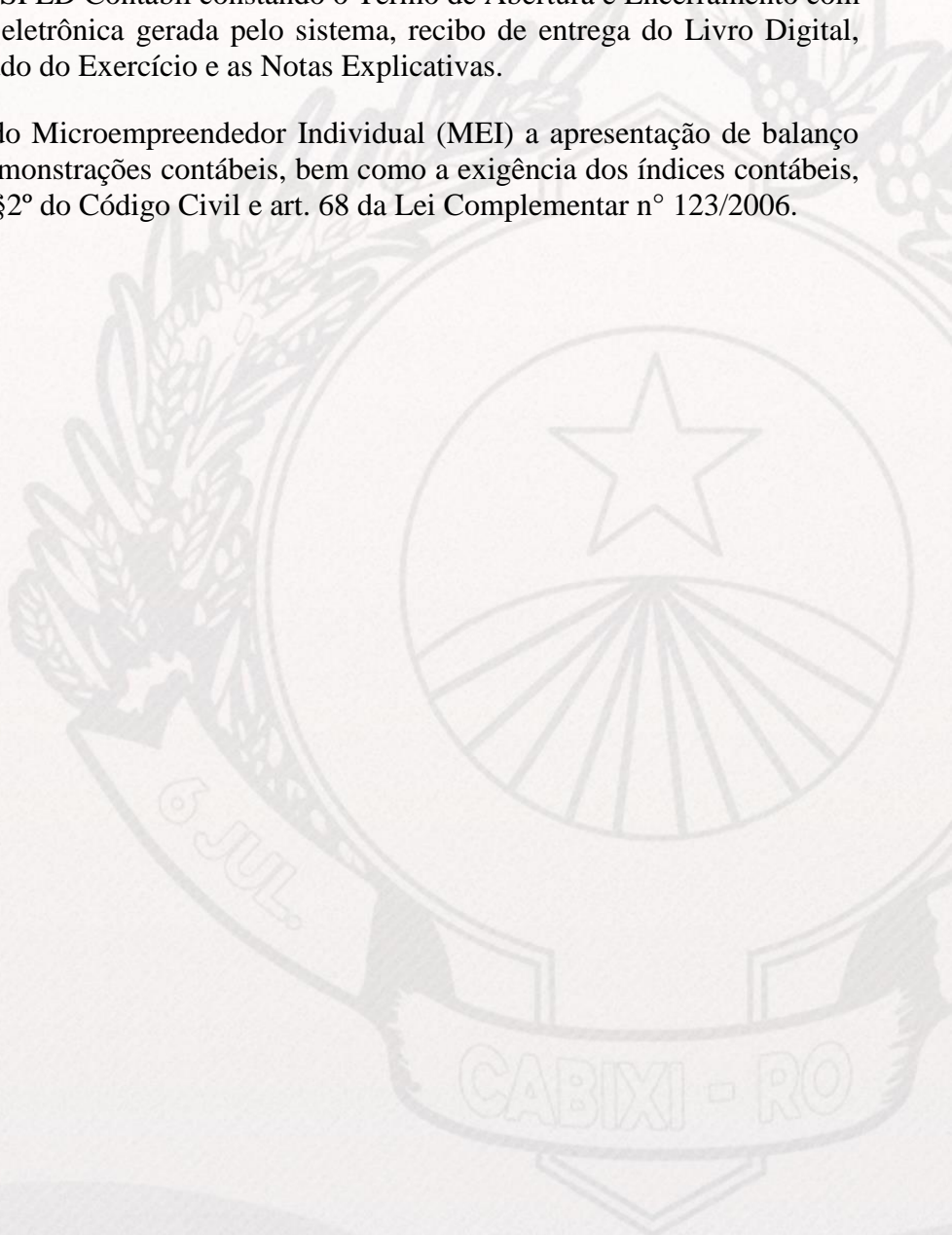
3.3.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.3.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.





- 3.3.4.5. As empresas desobrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 3.3.4.6. Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital, Demonstração de Resultado do Exercício e as Notas Explicativas.
- 3.3.4.7. Será dispensado do Microempreendedor Individual (MEI) a apresentação de balanço patrimonial/abertura e demonstrações contábeis, bem como a exigência dos índices contábeis, nos termos do art. 1179, §2º do Código Civil e art. 68 da Lei Complementar nº 123/2006.







# Município de Cabixi

22.855.159/0001-20  
Av. Tamoios  
www.cabixi.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo de Referência</b>	<b>09 - 2º versão</b>	<b>05/02/2026</b>

ID: **295149**

CRC: **27DF6B93**

Processo: **1-229/2026**

Usuário: **Vanilson Rodrigues de Sales Junior**

Criação: **05/02/2026 09:37:01** Finalização: **05/02/2026 09:37:54**

Processo



Documento



MD5: **E4EC01C811F127677A4AF339178B6F84**

SHA256: **A6CE526A44FAEF7E2444E611B652AF12E4AFC75B35695B99ABD71F9452922BEF**

Súmula/Objeto:

**Termo de referencia para aquisição de ônibus rodoviário**

### INTERESSADOS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	CABIXI	RO	05/02/2026 09:37:01
--	--------	----	---------------------

### ASSUNTOS

Aquisição de ônibus rodoviário 0 km	05/02/2026 09:37:01
-------------------------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



Vanilson Rodrigues de Sales Junior

Diretor do Departamento de Controle  
Orçamentário

05/02/2026 09:41:56

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.



Joel Mauricio de Moraes

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e  
Turismo

05/02/2026 09:42:37

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.



Silvia Ortiz Garcia da Silva

Diretor de Divisão I de Apoio Administrativo

05/02/2026 09:46:13

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.cabixi.ro.gov.br](http://transparencia.cabixi.ro.gov.br) informando o ID 295149 e o CRC 27DF6B93.